

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

QUESTÃO 01

Até a metade dos anos 1960, o financiamento do Banco Mundial (BIRD) privilegiava os projetos de infraestrutura física, tais como comunicação, transporte e energia, como medidas de base para o crescimento econômico. No final da década de 1960, o Banco irá somar às metas puramente quantitativas que caracterizavam os projetos econômicos alguns objetivos voltados para a igualdade e o bem-estar social. Nesta ótica, partia-se do princípio de que o desenvolvimento econômico por si só não garantia a participação das camadas mais pobres nos benefícios do desenvolvimento. Com base nesta conclusão, o Banco passa a financiar o setor social, como medida de alívio e de redução da pobreza no Terceiro Mundo.

O setor educacional passa a ser considerado, ao lado da saúde e do desenvolvimento agrícola, entre os mais importantes no quadro dos financiamentos do Banco. Ainda na década de 1960, o Banco define os princípios e as diretrizes de sua política de crédito e de assistência à educação do Terceiro Mundo.

FONSECA, M. O Banco Mundial e a educação: reflexões sobre o caso brasileiro. In: GENTILI, P. (org.). Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação, 2001, p. 169.

Ao considerar o percurso histórico da educação no Brasil, a partir do excerto acima, depreende-se que a educação passou a contar:

- a) Com o financiamento por ser considerada área que carecia de maiores assistências nos países de Terceiro Mundo.
- b) Com financiamentos que, de acordo com as orientações do Banco Mundial, atendessem às orientações de seus projetos econômicos.
- c) Com financiamento do Banco Mundial na mesma proporção em que passaram a ser financiadas as áreas de saúde e desenvolvimento agrícola.
- d) Com financiamento do Banco Mundial por ser considerada uma área estratégica para o desenvolvimento social dos países subdesenvolvidos.

QUESTÃO 02

Os principais idealizadores do INEP e dos Centros de Pesquisas Educacionais – respectivamente Manoel Bergström Lourenço Filho (1897-1970) e Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) – defendiam, à época da entrada em funcionamento dessas instituições, a ideia de que a educação era um instrumento fundamental para a estabilidade social e para a própria sobrevivência da nação. Um exemplo de como a educação era identificada por Lourenço Filho, no final dos anos de 1930, e por Anísio Teixeira, nos anos de 1950, como diretamente relacionada à consolidação de um Estado moderno, autônomo e desenvolvido no Brasil pode ser tomado pela relação estabelecida por eles entre a educação e o “complexo de inferioridade” do povo brasileiro diante dos países desenvolvidos. A carência de educação escolar sistemática era entendida como a origem, e o seu oferecimento a toda a população, como a solução para tal problema.

FERREIRA, M.S. Os Centros de Pesquisas Educacionais do INEP e os estudos em ciências sociais sobre a educação no Brasil. Revista Brasileira de Educação [online], vol. 13, n. 38, p. 279-292, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 maio 2016.

De acordo com o excerto acima, o INEP:

- a) Defendia a centralidade da educação para a superação do complexo de inferioridade do povo brasileiro.
- b) Reconhecia a centralidade das instituições escolares para a pesquisa em educação e para as mudanças sociais.
- c) Reconhecia o papel estratégico da pesquisa sobre as relações entre educação escolarizada e mudanças sociais.
- d) Defendia que a carência da educação escolar era a consequência de um Estado moderno que gerou um complexo de inferioridade no povo brasileiro.

QUESTÃO 03

Durante o exercício de sua função, um servidor TAE necessitou organizar e acompanhar os dados de compras de uma determinada unidade acadêmica, envolvendo o diretor desta, os secretários e os chefes de departamento.

Qual solução mais eficiente, do ponto de vista da comunicação e transparência pública, que evitará redundância, duplicatas e desconformidades com as informações geradas?

- a) Envio das informações no texto do e-mail para o secretário responsável.
- b) Inserção dos dados em planilha compartilhada no *google drive*.
- c) Inserção em bases de dados locais, como base do *libre office*.
- d) Preenchimento dos dados em planilha modelo.

QUESTÃO 04

Um servidor realizou diversas cotações de materiais para seu departamento, usando o navegador *Chrome*, e reparou que, após alguns dias, os mesmos materiais apareciam como indicação de compra ao reentrar no *site* do mesmo vendedor ou mesmo como publicidade em alguns sites diferentes.

Qual das ações a seguir evitaria esse tipo de anúncio?

- a) Acessar sites de vendedores confiáveis.
- b) Utilizar sites buscadores de produtos.
- c) Usar o navegador no modo anônimo.
- d) Usar o sistema de abas múltiplas.

QUESTÃO 05

Um servidor necessitava encontrar um exemplo de plano de desenvolvimento institucional (PDI) de outra instituição para usar como referência e optou pela busca no sistema da *Google (www.google.com)*. Sabe-se que uma busca na internet pode resultar em milhares de resultados e alguns comandos na linha de busca podem otimizar e potencializar a busca.

Para este caso, qual dos comandos a seguir poderia ser usado, combinado com as palavras-chave, para uma busca mais eficiente e rápida?

- a) *Cache*.
- b) *Related*.
- c) *Filetype*.
- d) *Allintitle*.

QUESTÃO 06

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), uma das finalidades da educação superior é “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua” e, de acordo com o Art. 44, da LDB n. 9394/1996, abrange:

- a) Cursos de graduação e extensão.
- b) Cursos de graduação e pós-graduação.
- c) Cursos de graduação e pós-graduação, exceto cursos lato sensu.
- d) Cursos sequenciais por campo de saber, cursos de graduação, cursos de pós-graduação e extensão.

QUESTÃO 07

De acordo com Sacristán (1998, p. 295) “a avaliação é uma prática muito difundida no sistema escolar em qualquer nível de ensino e em qualquer de suas modalidades ou especialidades. Conceituá-la como ‘prática’ significa que estamos frente a uma atividade que se desenvolve seguindo certos usos, que cumpre múltiplas funções, que se apoia numa série de ideias e formas de realizá-la e que é a resposta a determinados condicionamentos do ensino institucionalizado”: A avaliação é um recurso do âmbito pedagógico e para que ela cumpra verdadeiramente sua função, de acordo com o autor citado, é necessário que ela:

- a) Incida sobre todos os demais elementos envolvidos na escolarização.
- b) Incida sobre o nível de dificuldade de cada estudante nivelando o conteúdo.
- c) Inclua, no cotidiano do professor, o preenchimento de categorias sistematizadas de acordo com um modelo pré-estabelecido.
- d) Preencha uma função de controle por meio da qual o professor tenha o poder e a autonomia para executá-la solitariamente.

QUESTÃO 08

De forma geral, quando se planeja, o sujeito realiza uma série de operações. De acordo com Sacristán (1998, p. 205), “o plano dos(as) professores(as) não consiste na execução de certas práticas ajustadas a normas técnicas, mas na realização dessas operações dos mais diversos modos, referentes a uma certa parcela do currículo, a alguns alunos(as), numa situação [...]”. Assim, conforme Sacristán, é essencial que, na elaboração de um plano:

- a) Delimite-se o contexto, considerando as limitações a serem superadas de forma a atingir a homogeneidade de uma sala.
- b) Tenha-se como objetivo o pensar ou o refletir sobre a prática antes mesmo de realizá-la.
- c) Relacione-se somente à matéria a ser explicada, de forma que se torne significativo.
- d) Siga-se uma sequência linear de passos sucessivos.

QUESTÃO 09

Para Sacristán (1998), um plano curricular tem valor educativo quando as atividades nele desenvolvidas:

- a) Permitam aos(às) alunos(as) observar a realidade e produzir textos em grupos heterogêneos independente dos conhecimentos do grupo.
- b) Permitam a interação do novo conhecimento com o já existente a partir de um modelo universal válido para todos(os) os(as) estudantes.
- c) Permitam aos(às) alunos(as) tomarem decisões razoáveis quanto ao modo de desenvolvê-las.
- d) Estimulem a memorização dos(das) alunos(as) como central na motivação.

QUESTÃO 10

Onde estão os escravos e seus descendentes, senão nas favelas, nas fábricas, no subemprego, nos grandes contingentes de desempregados, exército industrial de reserva? São eles que constituem maciçamente a classe trabalhadora brasileira. São eles que servem à burguesia em funções subalternas. São eles os “meninos de rua”, criação brasileira para justificar a sociedade excludente e discriminadora que se mantém há quinhentos anos. E são eles os nossos alunos, discriminados na escola e dela excluídos.

GARCIA, R.L. Currículo emancipatório e multiculturalismo: reflexões de viagem. In: SILVA; MOREIRA. *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995.

O excerto acima se reporta a um dos grandes debates alusivos aos desafios da educação brasileira neste século XXI.

O título que resume adequadamente esse excerto é:

- a) A preparação escolar voltada para o mundo do trabalho.
- b) A educação dos meninos discriminados na escola.
- c) A inclusão escolar e social das minorias.
- d) A educação da classe trabalhadora.

QUESTÃO 11

Conforme amplamente documentado na literatura, o Provão nasce no âmbito de globalização e neoliberalismo, em que o ensino superior é caracterizado por massificação e diversificação, por um lado, e maior autonomia institucional, por outro. Neste contexto, o estado, tanto no Brasil como no exterior, buscando conter despesas públicas e valorizando o mercado como mecanismo de alocação de recursos escassos, inicia uma política de “gerenciamento a distância”, garantindo qualidade e responsabilidade social através de processos de avaliação em lugar dos de intervenção e de controle direto. A partir da década de 80, no cenário internacional, um modelo geral de avaliação de ensino superior começa a emergir, caracterizado pela combinação de autoavaliação e avaliação externa realizada por pares (BILLING, 2004). Embora este modelo não tenha se manifestado uniformemente, variando de acordo com as características específicas dos diversos contextos nacionais, é interessante observar que, dentre aproximadamente 40 países para os quais existem estudos na literatura disponível, apenas o Brasil adotou o uso de um exame nacional de cunho obrigatório.

VERHINE, R. E.; DANTAS, L. M. V.; SOARES, J. F. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ. [online], vol. 14, n. 52, p. 293, 2006.

A Lei n. 10.861/2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e definiu que a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação:

- a) Do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.
- b) Do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.
- c) Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Prova Brasil.
- d) Do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem.

QUESTÃO 12

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.

Assim, se vemos o currículo como o ponto onde se produzem, de forma positiva, capacidades e habilidades determinadas, ele deve construir uma frente privilegiada de luta de qualquer estratégia de intervenção cultural do processo de transformação. E esse processo de transformação não tem como referência qualquer utopia distante, qualquer destino histórico abstrato e longínquo, mas as relações de poder e subjugação inscritas na vida cotidiana.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995.

Tomaz Tadeu da Silva, ao trazer à baila a perspectiva contemporânea para o interior do debate sobre currículo, defende, com base no trecho acima, que:

- a) Currículo é o elemento que produz utopias e subjetividades sociais mutuamente implicadas.
- b) Currículo é o artefato que potencializa a transformação da sociedade e a construção de utopias cotidianas.
- c) Currículo, ao corporificar as relações sociais, configura-se como um espaço para a legitimação das subjetividades sociais construídas fora do espaço escolar.
- d) Currículo está para além das aprendizagens cognitivas, englobando, também, aprendizagens sociais e culturais capazes de potencializar transformações sociais reais.

QUESTÃO 13

O Instituto Federal do Sul de Minas oferece Cursos Técnicos e Cursos Superiores, nas modalidades tecnológico, bacharelado e licenciatura. A fim de assessorar e acompanhar o funcionamento e a oferta desses cursos, a Pró-Reitoria de Ensino ofereceu um curso de capacitação para docentes e técnicos em administração. Ana Clara, técnica em assuntos educacionais, ao ministrar o curso e abordar as Diretrizes Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio, as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica e a LDB nº 9394/96, equivocou-se e afirmou que:

a) As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica definem que cabe a cada município definir o programa de escolas de tempo parcial diurno (matutino e/ou vespertino), tempo parcial noturno e tempo integral (turno e contraturno ou turno único com jornada escolar de 7 horas, no mínimo, durante todo o período letivo), o que requer outra e diversa organização e gestão do trabalho pedagógico, contemplando as diferentes redes de ensino, a partir do pressuposto de que compete a todas elas o desenvolvimento integral de suas demandas, numa tentativa de superação das desigualdades de natureza sociocultural, socioeconômica e outras.

b) As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, por estarem centradas no conceito de competências por área e em função da revolução tecnológica e o processo de reorganização do trabalho na sociedade atual, orientam para a formação de trabalhadores com maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor, bem como capacidade de visualização e resolução de problemas.

c) A preparação básica para o trabalho, no ensino médio, deve incluir as competências que darão suporte para a educação profissional específica. Esta é uma das fortes razões pelas quais as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Parecer CNE/CEB n.º15/98) insistem na flexibilidade curricular e contextualização dos conteúdos das áreas e disciplinas – sendo a vida produtiva um dos contextos mais importantes – para permitir às escolas ou sistemas ênfases curriculares que facilitem a articulação com o currículo específico da educação profissional de nível técnico.

d) A organização do tempo curricular, na Educação Básica, deve ser construída em função das peculiaridades de seu meio e das características próprias dos seus estudantes, não se restringindo às aulas das várias disciplinas. O percurso formativo deve, nesse sentido, ser aberto e contextualizado, incluindo não só os componentes curriculares centrais obrigatórios, previstos na legislação e nas normas educacionais, mas, também, conforme cada projeto escolar, estabelecer outros componentes flexíveis e variáveis que possibilitem percursos formativos que atendam aos inúmeros interesses, necessidades e características dos educandos.

QUESTÃO 14

Do ponto de vista teórico, muitas são as formulações que tratam da avaliação. No ambiente educacional, ela compreende três dimensões básicas:

- I – Avaliação da aprendizagem.
- II – Avaliação institucional interna e externa.
- III – Avaliação de redes de Educação Básica.

É a concepção de educação que deve fundamentar as dimensões da avaliação e das estratégias didático-pedagógicas a serem utilizadas. Essas três dimensões devem estar previstas no projeto político-pedagógico para nortear a relação pertinente que estabelece o elo entre a gestão escolar, o professor, o estudante, o conhecimento e a sociedade em que a escola se situa. (BRASIL, PARECER CNE/CEB n. 7/2010, p. 47).

Qual definição de avaliação institucional está em consonância com o Parecer CNE/CEB n/ 7/2010?

- a) A avaliação institucional externa, promovida pelos órgãos superiores dos sistemas educacionais, inclui, entre outros instrumentos, pesquisas, provas, tais como as do SAEB, Prova Brasil, ENEM e outras promovidas por sistemas de ensino de diferentes entes federativos, dados estatísticos, incluindo os resultados que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e/ou que o complementem ou o substituam, e os decorrentes da supervisão e verificações in loco.
- b) A avaliação de redes de Educação Básica é periódica, feita pela própria escola, de forma democrática e engloba os resultados da avaliação institucional. Esses dados são analisados pela equipe escolar, no intuito de identificar as fragilidades a serem melhoradas. Essas informações não são divulgadas para a sociedade para que não se crie uma competição entre escolas e sistemas.
- c) A validade da avaliação institucional externa está na sua função diagnóstica, liga-se à aprendizagem, possibilitando o aprendiz a recriar, refazer o que aprendeu, criar, propor e, nesse contexto, aponta para uma avaliação global, que vai além do aspecto quantitativo, porque identifica o desenvolvimento da autonomia do estudante, que é indissociavelmente ético, social, intelectual.
- d) A avaliação na Educação Infantil é realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, com o objetivo de promoção, mesmo em se tratando de acesso ao Ensino Fundamental.

QUESTÃO 15

Para o educador Fernando Hernández (1998), em um processo de ensino e de aprendizagem, o professor deve abandonar o papel de mero transmissor de conteúdo e passar a ser um pesquisador e, o aluno, no mesmo sentido, deve ser um sujeito que interage com seu próprio conhecimento e não apenas um sujeito acumulador passivo de informação. Para isso, esse autor propõe um currículo organizado por projetos, que conta com a participação conjunta de professores e alunos.

Nessa linha de pensamento, depreende-se que o objetivo do projeto é oferecer métodos de organização do:

- a) Conhecimento em torno de um conhecimento crítico intrinsecamente passado pelos livros.
- b) Conhecimento em torno da confrontação de opiniões, desde que não sejam diferentes umas das outras, e as conclusões que daí possam surgir.
- c) Conhecimento escolar em relação ao tratamento da informação e os diferentes conhecimentos trazidos exclusivamente pelo professor em sala de aula.
- d) Conhecimento escolar em relação ao tratamento da informação e os diferentes conteúdos em torno de problemas e hipóteses trazidos rotineiramente pelos alunos.

QUESTÃO 16

Não se constitui atribuição da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE):

- a) Deliberar, com base em relatórios e avaliações encaminhados pelo MEC, sobre o reconhecimento de cursos e habilitações oferecidos por instituições de ensino superior, assim como sobre autorização daqueles oferecidos por instituições não universitárias.
- b) Analisar e emitir parecer sobre os procedimentos e resultados dos processos de avaliação da educação superior.
- c) Deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação, para os cursos de graduação.
- d) Elaborar o Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação aprovados pelo MEC.

QUESTÃO 17

A Constituição Federal de 1988, em seu primeiro artigo, estabelece que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. A mesma Constituição garante, em seu artigo 18, a autonomia de cada um desses entes na organização político-administrativa.

Nessa linha de pensamento, retrata adequadamente a competência de cada órgão a afirmação de que:

- a) É competência dos Estados e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência (Art. 23, inciso II).
- b) Compete à União, elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social (Art. 21 – inciso IX).
- c) Compete ao Distrito Federal a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência (Art 24, inciso XIV).
- d) Compete à União legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto (Art. 24, inciso IX).

QUESTÃO 18

Na legislação, a democratização das escolas públicas efetivou-se pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que determinou aos estabelecimentos públicos de ensino a forma de gestão democrática. As diretrizes sobre a forma desse tipo de gestão foram expostas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (BRASIL, 1996), que, dentre suas disposições, deixou a cargo dos sistemas de ensino (federal, estadual, municipal e do Distrito Federal) o estabelecimento de normas da gestão democrática, além de garantir a presença da comunidade local e escolar em espaços de participação democrática, como os Conselhos de Escolas ou equivalentes.

Sendo assim, de acordo com a lei, todos os estabelecimentos públicos de ensino:

- a) Devem estimular a participação das famílias em horários e dias estipulados pela escola.
- b) Tem a opção de promover a partilha do poder de decisão entre membros da comunidade escolar.
- c) Tem o dever de garantir a participação de estudantes e seus familiares em espaço aberto para a gestão democrática.
- d) Promovem iniciativas que busquem estimular o envolvimento da comunidade em temas determinados pela gestão escolar.

QUESTÃO 19

A educação profissional, conforme a LDB Nº 9394/96, não substitui a educação básica e nem com ela concorre. Assim, o Art. 4º do Decreto nº 5.154/04, define que a educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do Art. 36, Art. 40 e parágrafo único do Art. 41, da Lei nº 9.394/96, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, podendo ocorrer de forma:

- a) Subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio e outro curso técnico.
- b) Integrada, oferecida somente a quem já esteja cursando o 2º ou o 3º do ensino médio, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio.
- c) Concomitante, oferecida somente a quem esteja cursando o ensino médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio (PROEJA) pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso desde que seja na mesma instituição de ensino.
- d) Concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer na mesma instituição de ensino ou em instituições de ensino distintas.

QUESTÃO 20

Observando a LDB nº 9494/96 e o Decreto nº 5.154/04, em relação à Educação Profissional de Nível Ensino Médio, atende integralmente à legislação vigente a afirmação de que:

- a) Os cursos de educação profissional tecnológica de nível médio organizar-se-ão, no que concerne aos objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares definidas pelos respectivos Conselhos Estaduais de cada Unidade Federativa do Brasil, responsáveis pelo Cadastro Nacional de Cursos Técnicos (CNCT).
- b) Os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, incluirão saídas intermediárias, que possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após sua conclusão com aproveitamento.
- c) A oferta de cursos de qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores, deve assegurar o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas, observando as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio e cumprindo a mesma carga horária indicada para o ensino médio regular.
- d) A oferta de cursos de educação profissional com terminalidade possibilita a conclusão intermediária de cursos de educação profissional técnica de nível médio ou de cursos de educação profissional tecnológica de graduação que caracterize uma qualificação para o trabalho, claramente definida e com identidade própria, não sendo possível o aproveitamento posterior das diferentes etapas com saídas intermediárias, previstas no Projeto Pedagógico desses cursos.

LÍNGUA PORTUGUESA

CONSIDERE, PARA RESPONDER ÀS **QUESTÕES DE 21 A 24**, O TEXTO ABAIXO.

Da pedagogia à didática

Ganhou destaque, na divulgação do último relatório “De olho nas metas” (2013-14), do movimento Todos pela Educação, a disparidade constatada na formação dos professores de educação básica nas redes pública e privada. Para surpresa de muitos, ela é melhor na primeira, onde o ensino tem sabidamente pior desempenho.

Enquanto 88,4% dos docentes em escolas públicas possuem diplomas de nível superior, nas particulares o índice cai para 80,8%. Seria precipitado, contudo, concluir que o dado invalida o reconhecido nexos entre qualificação dos professores e eficiência do aprendizado.

Há que fazer algumas observações sobre esses percentuais. A primeira seria assinalar que a superioridade na rede pública só se verifica nos níveis iniciais, a educação infantil e o ensino fundamental (do 1º ao 5º ano).

No ensino fundamental 2 (do 6º ao 9º ano), os estabelecimentos privados (92,7% dos docentes com ensino superior) ultrapassam os públicos (89,3%). No ensino médio ocorre virtual empate – 97,2% e 97,8%, respectivamente.

Em resumo, os colégios da rede particular são mais exigentes ao contratar professores para a fase mais decisiva de preparação de sua clientela para o ciclo universitário ou para o mercado profissional.

Além disso, o elo consagrado entre qualificação docente e qualidade de ensino pressupõe que a capacitação ofertada nas faculdades de pedagogia seja eficaz. Ou seja, que efetivamente preparem os bacharéis e licenciados para serem bons professores na sala de aula.

Não é essa a realidade, lamentavelmente. Como ressaltou no relatório artigo de Fernando Abrucio, da FGV, elas dão muito mais ênfase a teorias educacionais do que à didática propriamente dita – vale dizer, às competências e ferramentas úteis na realidade da classe.

Não se trata só de uma deficiência acadêmica, mas também da falta de articulação institucional.

As universidades, em especial as públicas, estão desligadas da rede de ensino. Não produzem estudos empíricos sobre o que ali se aplica de técnicas de ensino, se funcionam ou não, de modo a informar o que elas próprias ministram.

A formulação de uma base curricular comum nacional ajudará a definir melhor o conteúdo do que precisa ser abordado e aprendido em cada disciplina e cada ano do ensino básico. Mas não fará muita diferença, no resultado final, se as faculdades não se empenharem mais em transmitir aos futuros docentes os meios de ensiná-lo.

(Folha de S. Paulo, 18/5/2016, p. 2)

QUESTÃO 21

De acordo com o texto, é fato notório que:

- a) A formação dos professores é melhor no ensino privado.
- b) A formação dos professores é melhor no ensino público.
- c) O ensino privado tem pior desempenho que o público.
- d) O ensino público tem pior desempenho que o privado.

QUESTÃO 22

As porcentagens são mencionadas no texto com o objetivo de:

- a) Defender a superioridade do ensino.
- b) Defender a superioridade do ensino público sobre o privado.
- c) Lastrear em dados concretos a opinião do jornal a respeito da formação docente no Brasil.
- d) Demonstrar a inexistência de diferenças substanciais entre as redes de ensino pública e privada.

QUESTÃO 23

“Seria precipitado, **contudo**, concluir que o dado invalida o reconhecido nexos entre qualificação dos professores e eficiência do aprendizado.” Nesse trecho, o termo sublinhado estabelece com o enunciado anterior, no texto, relação de:

- a) Adição.
- b) Oposição.
- c) Consequência.
- d) Causa/explicação.

QUESTÃO 24

Em relação à qualidade da preparação dos futuros professores pelas faculdades de Pedagogia, desprende-se da leitura do texto:

- a) Que elas estão em descompasso somente com as necessidades do ensino público.
- b) Que elas estão em descompasso somente com as necessidades do ensino privado.
- c) Que elas se recusam a produzir estudos empíricos sobre o ensino.
- d) Que elas privilegiam a teoria em detrimento da prática.

QUESTÃO 25

Quanto à forma do *ofício*, o Manual de Redação Oficial da Presidência da República recomenda que em seu cabeçalho ou rodapé contenha:

- a) designação do cargo que o remetente ocupa, endereço postal e eletrônico e telefone.
- b) indicação do tipo de expediente e de seu número, horizontalmente e centralizado.
- c) local e a data de expedição do documento, verticalmente e alinhado ao centro.
- d) nome do órgão ou setor, endereço postal e eletrônico e telefone.

QUESTÃO 26

Leia a tirinha para responder a esta questão:



Disponível em: <<http://todososdiasestaocupados.blogspot.com.br/2014/01/armandinho-tirinhas-brasileiras.html>>. Acesso em: 30 maio 2016.

Na elaboração da tirinha, o produtor do texto, que tem como personagem Armandinho, considerou o conhecimento prévio dos leitores em relação à parte da História do Brasil. Além da expressão facial da personagem, os elementos linguísticos que se articulam e que contribuem para a construção da ironia no texto e da opinião do produtor do texto são:

- O uso de “Como assim?!”, no segundo quadrinho, em oposição ao “E assim”, no último quadrinho, para marcar a indignação de Armandinho em relação à versão da escola acerca do fato histórico.
- O uso de “e assim”, no primeiro quadrinho, e de “e”, no último quadrinho, para marcar a oposição entre a história contada na escola e a percepção de Armandinho acerca do fato histórico.
- O uso de “e” e de “assim”, dando ideia de conclusão tanto para a versão contada pela escola quanto para a versão percebida por Armandinho.
- O uso de “E”, no último quadrinho, para marcar a relação adversativa da sentença em relação à “Como assim?!”, no segundo quadrinho.

QUESTÃO 27

O Manual de Redação Oficial da Presidência da República indica a estrutura e as formas de diagramação dos documentos do Padrão Ofício. Quais informações estão em desacordo com o referido Manual?

- Rejeição ao abuso de negrito, itálico, sublinhado, sombreado e bordas e outras formas que afetem a elegância do documento.
- Utilização da fonte do tipo *Times New Roman* de corpo 12 no texto em geral, 11 nas citações e 10 nas notas de rodapé.
- Inserção do cabeçalho na primeira página e discriminação da numeração da página a partir da segunda.
- Impressão dos textos preferencialmente colorida em papel branco e em ambos os lados do papel.

QUESTÃO 28

Leia o texto a seguir para responder a esta questão.

O artigo objetiva contribuir para as análises referentes ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) proposto pelo MEC em 2011 e pertencente à Política de Educação Profissional Técnica de nível médio. [...] **(I)** *Problematiza um dos pressupostos do Programa: o de que a qualificação pretendida implica na melhoria da qualidade do Ensino Médio Público.* **(II)** *Apresenta, como bases de análise, o contexto do Decreto nº 5154/04, a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e as do Ensino Médio e referencial teórico baseado nos conceitos de Estado ampliado e de capitalismo dependente.* **(III)** *O PRONATEC ao priorizar a qualificação profissional concomitante ao Ensino Médio Público, mediante parcerias público/privado fragmenta os insuficientes recursos públicos, e promove a descontinuidade em relação à concepção progressista de integração entre Ensino Médio e Educação Profissional.* **(IV)** *Paraliza o processo de travessia para a escola unitária e não enfrenta a problemática complexa da qualidade na escola pública.*

(Fragmento adaptado) Disponível em: <
www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/1713/141>. Acesso em: 02 maio 2016.

O fragmento em questão é o resumo de um artigo científico. Considerando que, nesse gênero, o uso da língua padrão é necessário, verifica-se que, nos trechos em destaque no próprio texto, houve observância desse uso no trecho:

- a) IV.
- b) III.
- c) II.
- d) I.

QUESTÃO 29

Mariana Sales, Coordenadora de um curso técnico no IFSULDEMINAS, elaborou um memorando para subsidiar a Reitoria quanto à utilização de laboratórios de informática em parceria com escolas públicas do Sul de Minas Gerais. Antes de imprimir, solicitou à Aline Maia a revisão linguística do trecho a seguir:

Em todos os campus, os laboratórios de informática são utilizados por todos os cursos, de 7h às 22h., de segunda à sexta. Aos sábados, embora não seja comum, há grupos de pesquisa e projetos de extensão que se utilizam de dois laboratórios de manhã e de tarde.

Considerando que a servidora Aline Maia observou o uso da língua padrão no gênero textual “memorando”, a revisão feita foi:

- a) Em todos os *campi*, os laboratórios de informática são utilizados por todos os cursos, das 7h às 22h, de segunda a sexta. Aos sábados, embora não seja comum, há grupos de pesquisa e projetos de extensão que se utilizam de dois laboratórios de manhã e à tarde.
- b) Em todos os *câmpus*, os laboratórios de informática são utilizados por todos os cursos, de 7h às 22h, da segunda à sexta. Aos sábados, embora não seja comum, há grupos de pesquisa e projetos de extensão que se utilizam de dois laboratórios de manhã e à tarde.
- c) Em todos os *câmpi*, os laboratórios de informática são utilizados por todos os cursos, das 7h. às 22h, de segunda à sexta. Aos sábados, embora não seja comum, há grupos de pesquisa e projetos de extensão que se utilizam de dois laboratórios de manhã e à tarde.
- d) Em todos os *campis*, os laboratórios de informática são utilizados por todos os cursos, das 7hs às 22hs, de segunda a sexta. Aos sábados, embora não seja comum, há grupos de pesquisa e projetos de extensão que se utilizam de dois laboratórios de manhã e de tarde.

QUESTÃO 30

CONSIDERE, PARA RESPONDER A ESTA QUESTÃO, O TEXTO ABAIXO.

Os rótulos dos alimentos passam a ter de sair da fábrica com informação sobre ingredientes alergênicos a partir deste domingo (3/7/2016). São 17 os itens a serem listados, como trigo, crustáceos, leite e nozes. A decisão partiu da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ainda em 2015 e foi reforçada no início de junho.

Aprovada em junho do ano passado, a resolução obriga a indústria alimentícia a informar nas embalagens dos produtos se há presença dos principais alimentos que causam alergias alimentares. O regulamento abrange tanto alimentos, quanto bebidas, ingredientes e aditivos.

Os rótulos dos produtos fabricados a partir de agora deverão informar se os alimentos possuem: trigo (centeio, cevada, aveia e suas estirpes hibridizadas); crustáceos; ovos; peixes; amendoim; soja; leite de todos os mamíferos; amêndoa; avelã; castanha de caju; castanha do Pará; macadâmia; nozes; pecã; pistaches; pinoli; castanhas, além de látex natural.

Os derivados desses produtos deverão trazer na embalagem as seguintes informações:

- Alérgicos: Contém (nomes comuns dos alimentos que causam alergias alimentares);
- Alérgicos: Contém derivados de (nomes comuns dos alimentos que causam alergias);
- Alérgicos: Contém (nomes comuns dos alimentos que causam alergias alimentares) e derivados.

A Anvisa determinou também a forma de dispor esses dados. Os detalhes sobre alergênicos deverão ser exibidos logo abaixo da lista de ingredientes. Além disso, as palavras têm de estar em caixa alta, em negrito e com cor diferente do rótulo. A letra não pode ser menor do que a da lista de ingredientes.

Os fabricantes tiveram um ano para adequar as embalagens às novas regras. Os produtos fabricados até o fim do prazo de adequação, este sábado (2), poderão ser comercializados até o fim do prazo de validade.

Segundo o diretor-relator da matéria, Renato Porto, a demanda nasceu “fortemente da sociedade”, o que fez com que toda a diretoria votasse unilateralmente pela regulamentação.

“A sociedade pode agora ter certeza de que terá rótulos de produtos muito mais adequados, dando a possibilidade ao consumidor de escolher adequadamente seus produtos, dado que a melhor maneira de se prevenir [de uma crise alérgica] é evitando o consumo”, explicou.

Segundo a Anvisa, aqui, no Brasil, de 6% a 8% das crianças de 6 a 8 anos sofrem de algum tipo de alergia.

Disponível em <<http://goo.gl/Jsm99q>>. Acesso em: 3 jul. 2016 (com adaptações).

As expressões destacadas dos trechos “Os rótulos dos produtos fabricados a partir de **agora**”, “Os produtos fabricados até o fim do prazo de adequação, **este sábado**”, e “Segundo a Anvisa, **aqui**, no Brasil” têm por função:

- a) Sintetizar as novas informações constantes no parágrafo seguinte.
- b) Indicar a retomada de informações introduzidas previamente em outras passagens do texto.
- c) Sinalizar as relações (causais, adversativas, por exemplo) existentes entre blocos de informações.
- d) Fazer referência ao falante, à situação de produção de um dado enunciado ou mesmo ao momento em que o enunciado é produzido.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 31

Jaime, graduado em Administração, ocupante do cargo de administrador, nível E, lotado na Diretoria de Gestão de Pessoas, está sofrendo um Processo Administrativo Disciplinar – PAD, acerca de pagamentos incorretos para determinados professores. A comissão foi devidamente composta pelos servidores: Karina, graduada em contabilidade, ocupante do cargo de assistente em administração, nível D; Anne, graduada em Direito, ocupante do cargo de assistente em administração, nível D; e Rosária, graduada em Administração, ocupante do cargo de administradora, nível E.

Dentre os membros nomeados pela autoridade superior, Karina foi designada presidente. Acerca da comissão composta, pode-se concluir que:

- a) Será revogada a portaria de nomeação da referida comissão, pelo fato de que dois dos três membros, inclusive a presidente, possuem nível de escolaridade inferior ao do indiciado, e a lei frisa que, pelo menos dois dos três membros, inclusive o presidente, precisam ser ocupantes de cargo efetivo igual ou superior ao do indiciado.
- b) Está apta a dar continuidade aos ritos do PAD somente se a autoridade competente, em vez de nomear Karina, nomear Rosária como presidente da comissão, uma vez que a Lei fala que o presidente da comissão de PAD deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível do indiciado.
- c) Está apta a dar continuidade aos ritos do PAD, uma vez que Karina, presidente da comissão, mesmo sendo ocupante de cargo de nível inferior ao do indiciado, tem o mesmo nível de escolaridade, o que possibilita que seja presidente dessa comissão de PAD.
- d) Será revogada a portaria de nomeação da referida comissão, pelo fato de que Karina, presidente da comissão, é ocupante de cargo efetivo inferior ao do indiciado, ou seja, Karina é ocupante de cargo de nível D, e Jaime é ocupante de cargo de nível E.

QUESTÃO 32

O regime previdenciário do servidor público, regido pelo regime retributivo, prevê a aposentadoria do servidor que observar os critérios previstos no artigo 40 da Constituição Federal e atualizações.

Assim sendo, tendo em vista o preceituado para a aposentadoria do servidor, em qual situação se encaixam as regras atuais?

- a) Compulsoriamente, com proventos proporcionais, aos 75 anos de idade, para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União.
- b) Compulsoriamente, com proventos integrais, aos 75 anos de idade, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União.
- c) Compulsoriamente, com proventos integrais, aos 70 anos de idade, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União.
- d) Compulsoriamente, com proventos proporcionais, aos 70 anos de idade, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União.

QUESTÃO 33

É de conhecimento de todo servidor amparado pela Lei 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, a possibilidade de afastar-se de suas funções para prestar colaboração à outra Instituição Federal de Ensino ou de Pesquisa e ao Ministério da Educação.

Diante dessa possibilidade, pergunta-se: Qual o prazo máximo de afastamento e quem arcará com o ônus do servidor?

- a) 4 (quatro) anos com ônus para a instituição de origem.
- b) 4 (quatro) anos com ônus para a instituição de destino.
- c) 2 (dois) anos com ônus para a instituição de origem.
- d) 2 (dois) anos com ônus para a instituição de destino.

QUESTÃO 34

Raquel Xavier, brasileira, solteira, contadora de uma Autarquia Federal, ao requerer sua aposentadoria em março de 2007, teve reconhecido direito que ampliou seu provento em 25%. A referida vantagem foi reconhecida pelo setor de Gestão de Pessoas e, desde então, vem recebendo seus proventos devidamente acrescidos da referida vantagem. No último dia 28/02/2016, o novo gestor da Gestão de Pessoas, valendo-se do princípio do autotutela, revisou os atos de aposentadoria concedida nos últimos 15 anos. Como resultado dessa revisão, a vantagem ora reconhecida para a servidora Raquel, após devida notificação da servidora, foi cancelada e solicitado o ressarcimento ao erário das vantagens recebidas nos últimos 5 anos.

Com base na presente situação, a atitude do novo gestor de Gestão de Pessoas em cancelar a vantagem e solicitar o ressarcimento ao erário está:

- a) Correta, pois o princípio da autotutela possibilita à Administração Pública rever e corrigir seus atos independentemente dos efeitos decorrentes deles.
- b) Incorreta, pois o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- c) Correta, pois o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- d) Incorreta, pois o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis ou não para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

QUESTÃO 35

Tendo em vista as políticas públicas voltadas para a educação implementadas pelo governo Lula na década passada, verificou-se o fortalecimento e a ampliação de toda a rede de ensino público no país. As Universidades Federais receberam incentivos financeiros que viabilizaram um crescimento extraordinário e uma ampliação considerável dos números de vagas para os cursos superiores. No tocante ao ensino tecnológico, o grande avanço se deu com a implementação dos Institutos Federais por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Posto isso, infere-se que:

- a) Os Institutos Federais apresentam como finalidade ofertar educação profissional e tecnológica, unicamente para os níveis básicos e fundamentais, nas modalidades presenciais e à distância, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação técnico-profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.
- b) A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, é constituída, exclusivamente, pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG e pelo Colégio Pedro II.
- c) Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.
- d) Os Institutos Federais apresentam como objetivo ministrar educação profissional técnica de nível médio, apenas na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 36

Você está trabalhando em uma planilha no *OpenOffice Calc*, versão 4.1, criando uma lista de pessoas onde, na coluna A, é digitado o nome da pessoa e, na coluna B, o CPF, que necessariamente deve possuir 11 dígitos. Entretanto, ao digitar números de CPF iniciados por 0 (zero), o *OpenOffice* automaticamente apaga o zero à esquerda, deixando o CPF com 10 (dez) dígitos.

Para resolver este problema, você deve selecionar a coluna B e, em seguida, acessar qual sequência de comandos.

- a) Menu Formatar / Formatação Padrão.
- b) Menu Formatar / Formatação Condicional.
- c) Menu Dados / Texto para colunas / selecionar o botão.
- d) Menu Formatar / Células / Aba números, na opção categoria selecionar a opção texto e selecionar o botão.

QUESTÃO 37

Um problema de segurança em seu computador pode torná-lo indisponível e colocar em risco a confidencialidade e a integridade dos dados nele armazenados. Além disso, ao ser comprometido, seu computador pode ser usado para a prática de atividades maliciosas como, por exemplo, servir de repositório para dados fraudulentos, lançar ataques contra outros computadores (e assim esconder a real identidade e localização do atacante), propagar códigos maliciosos e disseminar *spam*.

Para um uso seguro da Internet, um usuário deve seguir qual recomendação?

- a) Ao se digitar usuários, senhas, números de cartão de crédito, ou qualquer outro dado confidencial na internet, é importante que o *site* utilize o protocolo HTTPS, observado na barra de endereços do navegador. Esse protocolo utiliza certificados digitais para assegurar a identidade do *site* de destino, além de utilizar métodos criptográficos e outros protocolos para assegurar a confidencialidade e a integridade das informações trafegadas.
- b) Ao se utilizar o modo de navegação privativa, presente na maioria dos navegadores modernos, se garante a confidencialidade das informações buscadas e transmitidas na *web*, que não poderão ser rastreadas ou interceptadas.
- c) Não é recomendada a atualização de navegadores, uma vez que atualizações podem trazer brechas de segurança que podem ser exploradas por *hackers*.
- d) A opção mais segura para utilização de senhas é deixá-las salvas no navegador, para evitar digitá-las novamente a cada utilização.

QUESTÃO 38

Uma das formas de prevenir o *phishing* (fraude por meio da qual um golpista tenta obter dados pessoais e financeiros de um usuário, pela utilização combinada de meios técnicos e engenharia social), é:

- a) Manter os programas instalados com as versões mais recentes e com todas as atualizações disponíveis aplicadas e usar mecanismos de segurança, como *antimalware* e *firewall* pessoal.
- b) Ficar atento a mensagens, recebidas em nome de alguma instituição, que tentem induzi-lo a fornecer informações, instalar/executar programas ou clicar em *links*.
- c) Ser cuidadoso ao elaborar suas senhas, fazendo-as com letras, números e caracteres especiais e tomando o cuidado de possuírem oito ou mais dígitos.
- d) Mapear potenciais vulnerabilidades em outros computadores, por meio de varreduras na rede.

QUESTÃO 39

Utilizando uma conta do *Gmail*, você deseja encontrar um *e-mail* enviado para o endereço `concurso@ifsuldeminas.edu.br` e que contenha a palavra “provas”. Entretanto, a conta já possui muitos *e-mails* (na Entrada, Enviados etc). Qual a forma adequada para você pesquisar e encontrar especificamente esse *e-mail*?

- a) Clique na seta da caixa de pesquisa, digite o endereço `concurso@ifsuldeminas.edu.br` no campo “Para” e a palavra “provas” no campo “Contém as palavras” e clique no ícone de pesquisa.
- b) Clique na caixa Lixeira e procure uma mensagem de `concurso@ifsuldeminas.edu.br` com a palavra “provas”. Ao encontrar, marque a mensagem e clique no ícone de Mover para e, em seguida, selecione Entrada.
- c) Clique na caixa de Entrada e, em seguida, pressione as teclas *Ctrl+F* para abrir a caixa de pesquisa do seu navegador. No campo de busca, digite o endereço `concurso@ifsuldeminas.edu.br` e a palavra “provas” e pressione *Enter*.
- d) Clique no ícone de configurações do Gmail e selecione configurar caixa de entrada. Clique na guia Filtros e endereços bloqueados. Clique em Criar novo filtro, digite o endereço `concurso@ifsuldeminas.edu.br` no campo “De” e a palavra “provas” no campo “Assunto” e clique no ícone de pesquisa.

QUESTÃO 40

Após digitar um texto no editor OpenOffice Writer 4.1, ao tentar imprimi-lo, você observa que as folhas de papel disponíveis na impressora são do formato A4 e que o formato das páginas do documento digitado é Carta. Qual a sequência de operações você deve executar para configurar seu documento para que a impressão saia corretamente, considerando que as configurações da impressora já estão corretas para as folhas de papel disponíveis?

- a) 1. Acesse o menu **Arquivo – Exportar como PDF...**; 2. Clique na guia **Geral**; 3. Em **Intervalo**, selecione **Páginas** e digite A4 no campo; 4. Clique em **Exportar**.
- b) 1. Acesse o menu **Arquivo – Visualização de página**; 2. Clique no ícone **Imprimir**; 3. Na guia **Geral**, selecione o formato de página A4; 4. Clique em **OK**.
- c) 1. Acesse o menu **Ferramentas – Opções...**; 2. Clique na guia **Imprimir**; 3. Clique em **Avisos de impressão – orientação do papel**; Clique em **OK**.
- d) 1. Acesse o menu **Formatar – Página...**; 2. Clique na guia **Página**; 3. Em **Formato**, selecione a opção A4; 4. Clique em **OK**.